

# A CAVALARIA BRASILEIRA: SUA ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO

1º Ten Wiliam Vinícius Vargas da Silva<sup>1</sup>

1º Sgt Gustavo Linhares Ramos<sup>2</sup>

A arma de cavalaria é a arma das forças terrestres que, antigamente, estava destinada ao combate à cavalo, em ações de choque ou de reconhecimento. Historicamente, a cavalaria é a arma mais móvel dos exércitos e a segunda mais antiga. A palavra cavalaria tem sua origem no sânscrito “AKVA”, que significa lutar em vantagem de posição. Esta vantagem foi adquirida no decorrer da evolução da guerra, quando o homem que lutava a pé, passou a utilizar de plataformas empurradas, primeiro pelo próprio homem. Essa ideia foi melhorada e as plataformas seriam conduzidas por animais de grande porte, como elefantes, camelos e cavalos. A partir de então, a mobilidade e o poder de choque atribuído ao homem tornou a cavalaria a arma de decisão ao combate. Suas cargas avassaladoras protagonizaram os principais ataques na Idade Média e seu emprego foi modelar o que se tornaria as características básicas da arma: agir em amplas frentes, reconhecer, informar, fornecer a segurança dos exércitos, e principalmente, realizar manobras ofensivas, envolvendo e perseguindo o inimigo.

Em muitos dos exércitos modernos, o termo cavalaria ainda é usado como uma

referência à arma que executa funções semelhantes àquelas que a antiga cavalaria executava, tais como: exploração, combater os inimigos responsáveis pelo reconhecimento, segurança avançada, reconhecimento ofensivo, conexão e penetração, recuperação do comando, retirada e outros movimentos. Para executar estas funções, a cavalaria moderna substituiu o cavalo por uma série de equipamentos, tais como veículos leves do tipo motocicletas, veículos blindados, radares de superfície e, mais modernos, como até mesmo drones. Enquanto à função de “choque”, que antigamente era praticada pela cavalaria pesada, hoje é desempenhada pelos gigantes carros de combate e por modernos blindados.

O emprego de cavalos em combate no Brasil surgiu nas guerras travadas pelos governadores gerais contra os índios nos departamentos da Bahia e Espírito Santo no século XVI. Essas montarias serviram para dispersar os índios que atacavam os moinhos. A primeira vez que uma pequena tropa de cavalaria decidiu uma batalha foi na guerra de *Paraguasú* entre 1558 e 1559, investindo contra Tupiniquins, contribuindo decisivamente para a derrota dos

1 Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 2012. (will88110314@gmail.com)

2 Técnico em Ciências Militares pela Escola de Sargentos das Armas em 2001. (linhares-ramos@hotmail.com)

defensores e da perseguição dos fugitivos.

No século XVII, havia várias companhias de cavalaria militar de milícias que atuaram durante a guerra contra os holandeses. Sob o comando do Capitão Antônio Silva, um Esquadrão de Cavalaria participou da 1ª Batalha dos Guararapes, em 19 de abril de 1648, contribuindo para a retomada das posições do terço de Henrique Dias. Entre os séculos XVI e XVII, durante o período colonial, o uso da cavalaria no Brasil foi limitado pela grande dificuldade de manter as unidades a cavalo nos primórdios de nossa história. Este quadro foi alterado no século XVIII com a criação das unidades de Dragões e Cavalaria Auxiliar. No departamento do Rio Grande do Sul, foram criados o Regimento dos Dragões do Rio Grande, em 1736, e o Regimento de Cavalaria Auxiliar em 1770.

Quando a sede do governo português foi transferida para o departamento do Rio de Janeiro devido à invasão napoleônica naquele país, o príncipe regente Dom João achou muito arriscado tirar proveito de um exército sem cavalaria. O príncipe acreditava que, para garantir a sede do governo, era essencial ter à sua disposição uma tropa capaz de perseguir e aniquilar o inimigo em caso de invasão. Com isso, ele reorganizou o Esquadrão da Cavalaria Ligeira em 13 de maio de 1808, dando origem ao 1º Regimento de Cavalaria do Exército.



Fig 1 - 1º Regimento de Cavalaria de Guardas

Assim, nasceu o 1º Regimento de Cavalaria do Exército, que desde a sua criação, esteve presente em muitos dos momentos mais importantes da nossa história. Apesar

de ser conhecido como Dragões da Independência, a história do 1º Regimento de Cavalaria do Exército se inicia bem antes da independência do Brasil.

Em maio de 1810, após a independência de Buenos Aires, foram criadas as Províncias Unidas do Rio da Prata, que desejavam a anexação da Faixa Oriental ao novo país. Devido às revoltas internas, o governo uruguaio apelou para a ajuda de Portugal. Com isso, Dom João VI enviou tropas do departamento do Rio de Janeiro para o sul. Entre as tropas enviadas pelo Governo Português, está a do Marechal Manuel Marques de Souza, comandante das tropas de Cavalaria Ligeira, que sob comando de Diogo de Sousa, governador da capitania do Rio Grande do Sul, dirigiram-se ao Uruguai a fim de assinar o Tratado de Pacificação até a Guerra contra Artigas, entre 1816 e 1820.

Podemos lembrar, também, que existem obras de arte que fazem referência a momentos históricos. Entre eles, ressaltamos O Grito do Ipiranga por ser uma das pinturas mais famosas do Brasil e está presente em todos os livros de história do país retratando o momento crucial na história da nação, onde foi dado por Dom Pedro I o famoso grito de “Independência ou Morte!”, as margens do rio Ipiranga, proclamando a independência do Brasil como nação. Este fato histórico não teria o mesmo impacto sem os Dragões da Independência, que saudaram a proclamação do imperador. Da mesma forma, esse momento importante da história não teria sido o mesmo sem a participação e apoio do Regimento.



Fig 2 - O Grito do Ipiranga

Após a Independência do Brasil, o Exército Brasileiro (EB) é criado, o que levou as forças existentes, em 1824, a uma grande reorganização, na qual os Dragões passaram a ser classificados como Cavalaria Ligeira. Essas unidades eram armadas com sabre, estaca e pistola. Os corpos militares estacionados no departamento do Rio Grande do Sul foram classificados em meados do século XIX, como Lanceiros, usando como arma a lança, que foi adaptada nessa província desde a Regência.

A doutrina do emprego de cavalaria, em vigor na época, defendia que a luta deveria ser sempre feita a cavalo. O objetivo era aproveitar o poder de impacto da arma e usá-la ofensivamente. O ataque era a principal finalidade da cavalaria.

No período do Brasil Colonial e do Brasil Reino Unido, durante a consolidação das fronteiras no sul, os Dragões do Rio Grande, a Legião de tropas ligeiras e de cavalaria auxiliar escreveram páginas repletas de heroísmo e sacrifício nas campanhas da Bacia Prata, graças ao valor político e econômico dessa região.

Assim, foram realizadas a Guerra da Cisplatina, entre 1826 e 1828, a campanha contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852, e a Guerra contra o Uruguai entre 1864 e 1865. No período entre 1865 e 1870, a maior e mais sangrenta guerra foi travada pelo Exército Brasileiro - a Guerra da Tríplice Aliança ou a Guerra do Paraguai. Nesta campanha, destacaram-se a genialidade e o brilho dos lendários chefes Arma, como: Marechal Manoel Luís Osório - Marquês de Herval e Patrono da Cavalaria Brasileira; O Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves - Barão do Triunfo, “o bravo dos bravos do Exército Brasileiro”; O Tenente-General Manuel Marques de Souza e muitos outros bravos homens que escreveram páginas memoráveis e gloriosas da história do Exército Brasileiro e da cavalaria brasileira.

Os Dragões da Independência também estiveram presentes em outros momentos importantes da história nacional, além daquele que lhe dá o nome: foi montado em

um cavalo dado por Eduardo José Barbosa Júnior, Alferes (segundo-tenente) do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, que o Marechal Deodoro de Fonseca proclamou a República.



Fig 3 - (Marechal Deodoro de Fonseca) Proclamação la República

Depois de uma performance tão importante, o “cavalo Baio 6”, montado pelo Marechal, tornou-se famoso e deixou de ser montado até sua morte em 28 de fevereiro de 1904. Ele foi enterrado no picadeiro do Regimento, com inscrições em seu túmulo sobre sua honrosa participação na história do país. Devido a este fato, o Comandante do Regimento, tradicionalmente, monta um cavalo baio de número 6.

Em 1915, os Regimentos de Cavalaria (RC) foram organizados em quatro esquadrões, e, cada um deles, em quatro pelotões de duas esquadras. No período entre 1918 e 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Exército Brasileiro passou por importantes mudanças estruturais. Em 1919 foi contratada uma comissão Militar Francesa, cuja ação principal, a partir de 1920, era de fornecer aos quadros um melhor conhecimento da guerra e sua preparação, influenciando a organização e doutrina do uso de forças terrestres para início da Segunda Guerra Mundial.

Em 1921, uma nova organização do Exército foi realizada. A Cavalaria Independente é organizada em Divisões de Cavalaria (DC). A reforma substancial na Cavalaria consiste no surgimento do Gru-



po de Combate (GC) como um elemento básico da organização da Arma. Os pelotões são organizados com um Grupo de Combate (GC) e duas Esquadras de Exploradores. No mesmo ano, no Estado do Rio de Janeiro, foi organizada a primeira tropa blindada do Exército, a companhia de carros de assalto, subunidade equipada com carros de combate franceses Renault FT 17.

Em 1928, os Regimentos de Cavalaria Independentes (RCI) passaram a ser organizados em três esquadrões de cavalaria, cada um com quatro pelotões de cavalaria. Em 1938 foi criado no Estado do Rio de Janeiro o Esquadrão de Autometralhadoras, equipados com carros blindados italianos Fiat Ansaldo CV 33 e com carros de combate Renault FT 17, remanescentes da companhia de carro de assalto, extinta em 1932. Em 1940, foram criados os Regimentos de Cavalaria Transportados, que se tornou, em 1943, o Regimento de Cavalaria Motorizados (RC Mtz), mudando de novo esta designação, em 1946, para Regimentos de Cavalaria Mecanizados (RC Mec).

Depois de muitas mudanças, adaptações e estudos a respeito dos fatores que influenciam na guerra, o Exército Brasileiro desenvolveu o menor elemento de combate da cavalaria, constituindo o Pelotão de Cavalaria Mecanizada (Pel C Mec), oriundo do antigo Pelotão de Reconhecimento, que faz parte de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. Em 1943, foi organizado o 1º Esquadrão de Reconhecimento (Esqd Rec), integrante da Força Expedicionária Brasileira. Esta subunidade era a única tropa de cavalaria que participou na Segunda Guerra Mundial, destacando-se nas batalhas de *Gaggio Montano, Marano, Collecchio, Fornovo, Tarano, no Vale do Pó e do Serchio* e em muitos outros bloqueios em solo italiano. Depois de alcançar o teatro de operações europeu, o 1º Esqd Rec foi equipado com veículos blindados M8 Greyhound e M3 *Half Track*, os quais foram utilizados em toda a campanha italiana.



Fig 4 - 1º Esquadrão de Reconhecimento (Esqd Rec), integrante da Força Expedicionária Brasileira

Esta transformação está relacionada com a influência da Doutrina Militar Terrestre (DMT) do Exército dos Estados Unidos da América, que se tornou o paradigma de organização e emprego das Forças Terrestres (F Ter) a partir da participação do Exército Brasileiro (EB) na Segunda Guerra Mundial (II GM) e durante a Guerra Fria. Em 1957, no contexto da Guerra Fria e sob a real possibilidade de um conflito nuclear, o Exército dos Estados Unidos reorganizou suas Divisões Blindadas.

Em 1960 foram recebidos os primeiros M41- veículos blindados de combate (VBC) e os M59- veículos blindados de transporte de pessoal (VBTP) para mobilizar os Batalhões de Carros de Combate, denominados, ainda na mesma década, Regimento de Carros de Combate (RCC). Entre 1973 e 1988 o Exército Brasileiro recebeu um grande número de veículos blindados, nacionais e estrangeiros, para equipar as unidades e subunidades blindadas e mecanizadas criadas nos anos setenta e oitenta. Estes incluem o Veículo

Blindado de Transporte de Pessoal Urutu e o Veículo Blindado de Reconhecimento Cascavel que substituíram os veículos blindados recebidos no período da Segunda Guerra Mundial.



Fig 5 - Veículo Blindado de Transporte de Pessoal Urutu



Fig 6 - Veículo Blindado de Reconhecimento Cascavel

Na primeira metade da década de 1990, os Pelotões de Cavalaria Mecanizados de vários Esquadrões de Cavalaria Mecanizados participaram dos contingentes que compuseram o Batalhão Brasileiro na Missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), realizando missões de reconhecimento e de segurança, contribuindo para o sucesso alcançado pelo Exército Brasileiro nessa missão de manutenção da paz.

No início de 1996, foram recebidos os primeiros veículos blindados de combate Leopard 1A1, oriundos da Bélgica, que seriam substituídos pelos veículos blindados de combate Leopard 1A5 em 2009, já pro-

cedentes da Alemanha os quais mobiliaram os Regimentos de Carros de Combate.



Fig 7 - Veículo Blindado de Combate Leopard 1A5

Ao longo de quase quinhentos anos de história militar, a Cavalaria, no Brasil, evoluiu constantemente, adaptando-se às mudanças da arte da guerra sem perder suas características de mobilidade, flexibilidade e ação de choque. Suas unidades, usando o cavalo, veículos blindados e carros de combate, estavam presentes na grande maioria das campanhas realizadas pela Força Terrestre Brasileira. Seus milicianos das ordenanças, os Dragões, a cavalaria auxiliar, Cavalaria Ligeira, Divisão, Independente, mecanizada e blindada conquistaram o reconhecimento do resto do Exército na árdua jornada de sacrifício e glórias no passado e profissionalismo e eficiência no presente, construindo, assim, a imortal tradição da Arma Ligeira, da Cavalaria Brasileira.

O Manual C 2-1 “Emprego da Cavalaria” afirma que a vitória estará com aqueles que “sabem conquistar e manter a iniciativa, que possuem capacidade de conceber e executar operações de forma rápida e que tem a flexibilidade para alterar atitudes, missões e a constituição de suas forças”.

Baseado em seu emprego, a Cavalaria Brasileira após passar por várias transformações e adaptações para atingir os objetivos da Arte da Guerra, chegou ao presente com seus Regimentos de Cavalaria organizados em quatro tipos de Unidades:



**Regimentos de Cavalaria Mecanizada (R C Mec):** estes regimentos são equipados com veículos blindados sobre rodas e são usados para missões de reconhecimento. Em combate, eles são os veículos precursoros na linha de frente, fazendo reconhecimento e preparando o terreno para a chegada das tropas principais;

**Regimento de Carros de Combate (RCC):** equipado com veículos blindados sobre lagartas e também sobre rodas, sua missão principal é a destruição do inimigo, pelo suas características decisivas de poder de fogo e acção de choque;

**Regimento de Cavalaria Guarda (RCG):** eles são equipados com cavalos e são empregados sob a custódia de instalações presidenciais e no cerimonial militar do Presidente da República. Atualmente, a maioria das unidades militares montadas que sobreviveram são usadas em Operações de Lei e Ordem a Cavallo, funções cerimoniais e participação em missões de carácter internacional; e

**Regimento de Cavalaria Blindada (RCB):** eles são equipados com veículos blindados sobre lagartas. Seu objetivo é realizar operações de natureza ofensiva e ataques coordenados, essa tropa é a acção de choque da Brigada Mecanizada.

Atualmente, a cavalaria mecanizada brasileira está recebendo novos e modernos equipamentos de origem nacional e também de acordos comerciais no exterior. Destacam-se os Veículos Blindados de Transporte de Pessoal MR 6X6 Guarani, os quais estão equipados com Gerenciador de Campo de Batalha (GCB), o que possibilita ao comandante um maior controle de seus elementos subordinados. Ainda nesse contexto, cabe ressaltar os Radares de Vigilância Terrestre e os Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP), como sendo iniciativas reais e em andamento, que corrigirão a deficiência da Arma de Cavalaria em equipamentos.



Fig 8 - Veículo Blindado de Transporte de Pessoal MR 6X6 Guarani

A Cavalaria Blindada é a tropa mais adequada para realizar ataques, levando em conta seus meios orgânicos com alto poder de fogo e proteção blindada. É equipado com veículos blindados de combate Leopard 1A5 BR e veículos blindados de transporte pessoal M113 BR, ambos sobre lagartas.



Fig 9 - Veículo Blindado de Combate Leopard 1A5 BR



Fig 10 - Veículo Blindado de Transporte de Pessoal M113 BR

O uso combinado de Carros de Combate e Fuzileiros Blindados permite empregar

ao máximo as características particulares de cada elemento. O uso de Tanques e Fuzileiros Blindados, separadamente, eventualmente ocorrerá e deve ser limitado ao tempo e distância que permitam o apoio entre os mesmos. Diferente da estrutura da estrutura Força-Tarefa (FT) que é inspirada no Kampfgruppe (grupos de combate) da doutrina alemã e consiste em grupos de tamanho variável, organizados para cada missão a ser cumprida.

O novo uso combinado das diferentes armas, surgido principalmente da Segunda Guerra Mundial, levou os Exércitos a criar grupos táticos flexíveis, que receberam várias designações de acordo com o país de origem. Diversos Exércitos adotaram o conceito de Grupo de Batalha (grupo de batalha). Na França, o termo adotado foi "Regimento de Marche". Nos Estados Unidos, essa força é chamada de "task-force" (força de trabalho).

O poder de combate de uma Força-tarefa Blindada, nome utilizado pelo Exército Brasileiro, baseia-se no uso combinado dos Carros de Combate e dos Fuzileiros Blindados. Na prática, desde o tempo de paz a constante entrosamento, é um diferencial importante na busca de sinergia entre todos os elementos subordinados, de modo que as deficiências de alguns são anuladas pelas possibilidades e características dos outros.



Fig 11 - Força-Tarefa Blindada

A Arma de Osório atua na vanguarda da Força Terrestre, proporcionando a segurança da tropa e realizando o reconheci-

mento do terreno. Mantendo sempre suas características básicas de alta mobilidade, flexibilidade, poder de fogo, ação de choque, proteção blindada e comunicações amplas e flexíveis, o que lhe confere um excelente poder de decisão o que lhe permitem realizar missões similares às da cavalaria antiga, mas com o uso de veículos motorizados, mecanizados, blindados, helicópteros ou até cavalos, ainda que em menor escala. Entra em ação sempre no início das operações, pois conduz os demais membros da Força Terrestre em busca de informações importantes sobre o teatro de operações, desempenhando um papel fundamental no combate e sendo decisiva em operações ofensivas e defensivas.

A Cavalaria reconhece, proporciona segurança às outras formações em combate e combate por seus próprios meios; seja blindada ou mecanizada mantém em seus veículos atuais as capacidades das tradicionais formações hipomóveis (à cavalo). A Cavalaria foi e continuará sendo essencial nos campos de batalha. Seu ideal perdura a séculos e continua a mostrar o valor da "Arma dos Heróis". A vitória final será atingida não apenas com meios modernos e avançados, mas também por aqueles que possuem alto grau de liderança e espírito ofensivo, imortalizado por seu Patrono, Osório, estes valores estão inculcados em cada "soldado de cavalaria".

#### GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS:

- Exército Brasileiro (EB)
- Força Expedicionária Brasileira (FEB)
- Força Terrestre (F Ter)
- Doutrina Militar Terrestre (DMT)
- Divisões de Cavalaria (DC)
- Regimento de Cavalaria (RC)
- Brigadas de Cavalaria Mecanizadas (Bda C Mec)
- Regimento de Cavalaria Independente (RCI)

Regimento de Carros de Combate (RCC)  
Regimento de Cavalaria Motorizado (R C Mtz)  
Regimento de Cavalaria Mecanizado (R C Mec)  
Esquadrão de Reconhecimento (Esqd Rec)  
Pelotão de Cavalaria Mecanizado (Pel C Mec)  
Grupo de Combate (GC)  
Veículo Blindado de Combate (VBC)  
Veículo Blindado de Transporte de Pessoal (VBTP)  
Veículo Blindado de Reconhecimento (VBR)  
Gerenciador de Campo de Batalha (GCB)  
Sistemas de Aeronaves Remotamente Pi-

lotadas (SARP)  
Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM)

#### BIBLIOGRAFIA EMPREGADA:

EXÉRCITO BRASILEIRO, A Arma de Cavalaria. <http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>. Acesso em 1º de março de 2018;

MINISTÉRIO DA DEFESA, Forças Armadas. <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>. Acesso em 5 de março de 2018; e

BRASIL. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha Emprego da Cavalaria – C 2-1**. Brasília. 2ª Edição. 1999.

# GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

Odair Cilmar de Almeida Goulart – 1º Sgt de Inf.  
Magno Batista de Oliveira – 1º Sgt de Inf.  
Ricardo Augusto Arraes Gondim – 1º Sgt de Inf

#### RESUMO

O presente trabalho visa mostrar a necessidade da implantação da disciplina da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estudo presencial da Escola de Aperfeiçoamento das Armas (EASA). Nessa averiguação destacou-se a necessidade do segundo sargento aperfeiçoado saber como proceder nas seguintes situações: voz de prisão, uso de algemas, aspectos jurídicos, uso da força, uso da arma de fogo, uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo e busca pessoal.

#### PALAVRAS-CHAVE

Garantia da Lei e da Ordem, Busca pessoal.

#### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo mostrar a importância das ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para o segundo sargento aperfeiçoado da Escola de Aperfeiçoamento das Armas (EASA) e o amparo legal para o cumprimento de tais missões.

Nos últimos anos, o País tem vivenciado a realização de grandes eventos internacionais, operações de Garantia do Processo Eleitoral, Manutenção da Ordem Pública em greves das Forças Auxiliares, Pacificação de Áreas sob o controle do Narcotráfico, Defesa Civil e diversas formas de protesto nas ruas. Devido a

este grande número de atividades, houve a necessidade do emprego das Forças Armadas (FA) nas ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Caso mais recente foi a greve dos caminhoneiros, ocorrida no mês de junho, que fez o Brasil sofrer com a crise de desabastecimento, pelo qual insumos dos mais diversos ficaram em falta, gestando um caos em todas as parcelas da sociedade. A tropa é empregada em situações desse tipo, onde o comando é cada vez mais descentralizado, caracterizando-se pelo emprego de pequenas frações. Esse emprego tem exigido, de seus comandantes e subordinados, um preparo cada vez maior, abrangendo não só o amparo legal da ação, mas também o adestramento da fração para missões específicas como: desobstrução de vias, escolta de comboios e segurança de instalações realizadas na greve dos caminhoneiros.

As atuações em GLO deixam claro a necessidade de um preparo maior da tropa envolvida, cresce em importância cada vez mais dinâmica, pois a peculiaridade exige uma capacidade de flexibilidade doutrinária cada vez maior. É de grande valia levantar a necessidade de uma doutrina específica para o emprego das pequenas frações (Pelotão e Grupo de Combate) nas ações de GLO, que venha a abranger desde o amparo legal, passando pelos fundamentos, os meios utilizados, até as operações e suas técnicas específicas.